

**Resposta à impugnação**  
**Tomada de Preços 19/2023**

Trata-se de impugnação ao edital da Tomada de Preços nº 19/2023, apresentada tempestivamente pela empresa Lucas Serapio Ferreira ME.

Em resumo, a empresa se insurge contra a ausência, no edital, de limite máximo na precificação dos custos internos da agência, o que possibilitaria a aplicação de desconto de 100% sobre tais custos, o que, a seu ver, não seria justo nem razoável e impediria o contratado de auferir lucro.

Acrescentou o impugnante sobre a “inexistência de uma proposta de preços hábil” e que o maior desconto, de 100%, poderia ferir a lei.

Por fim, asseverou que “o edital também não precifica a pontuação a ser arbitrada conforme o desconto/honorário aplicado pelas licitantes”, destacando o teor do item 15.3, e questiona qual seria a pontuação de cada item da proposta de preços.

Feito o resumo, passa-se à análise da impugnação e parecer da Comissão.

A licitação em apreço é do tipo “melhor técnica”. Como tal, dispensa a atribuição e ponderação de pontos para a proposta de preços. Aliás, fosse para escalonar pontuação quanto à proposta de preços, a administração teria optado pelo tipo “técnica e preço”, o que não ocorreu, estando essa escolha no campo discricionário do gestor, conforme estabelece o art. 5º da Lei nº 12.232/10.

Nesse sentido, improcede a alegação da impugnante de que “é obrigatória uma pontuação” na proposta de preços, sendo suficiente e legal a valoração estabelecida no item 14.2 do edital, cujo critério é claro e costumeiro em licitações do gênero.

Com relação ao manual elaborado pelo CENP colacionado pela impugnante, não se vislumbra qualquer conflito ou incompatibilidade entre a forma de valoração estabelecida no edital (14.2) e no referido manual. Tratam-se de formas diferentes de se valorar a proposta de preços, não significando que exista apenas uma maneira correta de se fazer. Ademais, o manual serve como mera referência e não é de aplicação obrigatória.

Sobre a possibilidade de desconto de até 100% sobre os custos internos, nada há de ilegal neste caso, tampouco impediria a futura contratada de auferir lucros, haja vista que há outras formas de remuneração pelos serviços prestados previstas no edital.

Vejam-se itens das Normas-Padrão do CENP que possibilitam a uma Agência dispensar os honorários pelos serviços internos:

3.11 - “**Nas contratações com o setor público**, os anunciantes de cada Poder e Esfera Administrativa serão considerados como departamentos de um só anunciante, para efeito de aplicação dos dispositivos econômicos destas Normas-Padrão, ainda que os contratos sejam celebrados separadamente com cada órgão, autarquia, empresa, fundação, sociedade de economia mista ou outro tipo de entidade governamental.”

3.11.2 O disposto neste item aplica-se à:

b) **negociação do custo dos serviços internos, de que trata o item 3.6, que poderão ser integralmente eliminados/excluídos/suprimidos.**

O item 3.6 das Normas-Padrão estabelece:

**“[...] O custo dos serviços internos, assim entendidos aqueles que são executados pelo pessoal e/ou com os recursos da própria Agência, será calculado com base em parâmetros referenciais estabelecidos pelo Sindicato da base territorial onde a Agência estiver localizada e não será acrescido de honorários nem de quaisquer encargos.”**

Assim, caso algum licitante opte por eliminar integralmente os custos internos da agência e ofertar 100% de desconto sobre esses custos, tal proposta não será inexequível e nem viola as normas do CENP.

Vale lembrar que, para além dos custos internos, a contratada será remunerada por meio dos honorários de que tratam os itens 14.2.2, 14.2.3. e 14.2.4 do edital, além da remuneração por excelência das agências de propaganda, que é o desconto-padrão de agência estabelecido na Lei n° 4.680/65.

Deste modo, por meio do desconto-padrão de agência e dos demais honorários previstos no edital, a contratada será adequadamente remunerada, de forma pode até renunciar aos custos internos (se aplicar desconto de 100%) e ainda assim manter a exequibilidade da proposta e auferir lucros.

Ante o exposto, esta Comissão opina pela improcedência e indeferimento da impugnação apresentada pela empresa Lucas Serapio Ferreira ME, mantendo integralmente o edital da Tomada de Preços n° 19/2023.

É o parecer da comissão.

Altair da Silva Pereira  
Comissão de licitação conforme Portaria 234/2023

Rena Felipe da Silva Lima  
Comissão de licitação conforme Portaria 234/2023

Vitor Hugo Tibúrcio de Almeida  
Comissão de licitação conforme Portaria 234/2023



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F325-5965-5B24-A273

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALTAIR DA SILVA PEREIRA (CPF 059.XXX.XXX-50) em 17/10/2023 15:24:15 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



VITOR HUGO TIBURCIO DE ALMEIDA (CPF 067.XXX.XXX-67) em 17/10/2023 16:28:20 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



RENAN FELIPE DA SILVA LIMA (CPF 065.XXX.XXX-51) em 18/10/2023 12:50:36 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://ubirata.1doc.com.br/verificacao/F325-5965-5B24-A273>

ILUSTRE PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBRATÃ/PR

Ref. Edital TOMADA DE PREÇO Nº 19/2023

## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

A empresa **LUCAS SERAPIO FERREIRA ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 29.638.790/0001-17, com sede na Rua Almirante Tamandaré, nº 1363, Centro, São Miguel do Oeste/SC, neste ato representada por seu representante legal LUCAS SERAPIO FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 079.291.719-73, residente e domiciliado a Rua Travessa Havaí, 122, Centro, São Miguel do Oeste/SC, vem, tempestivamente, conforme permitido no §2º do art. 41, da Lei 8.666/93, em tempo hábil, à presença de Vossa Senhoria a fim de **IMPUGNAR** os termos do Edital em referência, conforme adiante exposto.

---

### I – DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é plenamente tempestiva, uma vez que o prazo para protocolar o pedido é de 02 (dois) dias úteis, contados da data fixada para recebimento das propostas e habilitação, conforme item 12.2 do edital e §2º do art. 41, Lei 8.666/93.

Considerando o prazo legal para apresentação da presente impugnação, são as razões ora formuladas plenamente tempestivas, uma vez que o certame está marcado para 23/10/2023, razão pela qual deve conhecer e julgar a presente impugnação.

---

#### a) DA PROPOSTA DE PREÇOS

A Administração Pública traz no Edital – Item 14, a “Apresentação da Proposta de Preços”, trazendo as porcentagens bases para a elaboração da proposta de preços de cada licitante.

Entretanto, o referido item 14 não traz uma previsão de valor máximo na precificação dos custos internos da agência, mas tão somente que não serão aceitos valores inferiores a 50% (cinquenta por cento).

Fato esse que possibilitaria as agências aplicar desconto de 100% sobre os custos internos.

A estimativa de preços apresentada pela Administração Pública deve corresponder a uma contraprestação justa e razoável, de forma a cobrir os custos e permitir que o contratado aufera algum lucro.

Dessa forma, realizando uma análise do Edital, percebe-se a **INEXISTÊNCIA DE UMA PROPOSTA DE PREÇOS HÁBIL.**

A lei 12.232/10 em seu art. 6º, V, determina que:

*V - A proposta de preço conterá quesitos representativos das formas de remuneração vigentes no mercado publicitário;*

**Ou seja, o maior desconto pode FERIR A LEI. Pois segundo o Edital a empresa poderia propor um desconto de 100%.**

Além disso, sabe-se que toda agência tem um CUSTO de criação dos materiais e desenvolvimento das campanhas, chamados de CUSTOS INTERNOS.

Esses custos internos têm valores definidos pela tabela SINAPRO, conforme determina o CENP – Conselho Executivo de Normas-Padrão.

A Lei 8.666/93 prevê em seu art. 48, inciso II, a necessidade de aferição de **preços exequíveis durante o processo licitatório.**

A **Tabela Referencial de Custos Internos emitida pela SINAPRO** da base territorial é amparada por pesquisas de preços executada pela referida Entidade, considerando os custos reais dos serviços que as Agências executam internamente.

A prefeitura, através do edital, não pode permitir uma proposta de preços em desconformidade com a lei específica de licitações. Ou determinar por conta própria como deveria ser elaborada tal precificação, necessita seguir a lei. Simples dessa forma, sem afrontar a legislação.

E mais, **o Edital também não precifica a pontuação** a ser arbitrada conforme o desconto/honorário aplicado pelas licitantes. Vejamos:

## **15. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**

**15.1.** As Propostas de Preços das licitantes classificadas no julgamento das Propostas Técnicas serão analisadas quanto ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital.

**15.2.** Será desclassificada a Proposta de Preços que apresentar preços baseados em outra Proposta ou que contiver qualquer condicionante para a entrega dos bens e serviços.

**15.3.** Será considerada a Proposta de menor preço a que obtiver a menor soma dos percentuais de honorários referentes aos subitens 14.2.2, 14.2.3 e 14.2.4 e, simultaneamente, apresentar o maior percentual de desconto referente ao subitem 14.2.1, todos deste Edital.

**15.4.** Caso a mesma proposta não apresente as condições estabelecidas no subitem 15.3 deste Edital, será considerada a Proposta de menor preço aquela que apresentar a menor soma dos percentuais de honorários referentes aos subitens 14.2.2, 14.2.3 e 14.2.4 deste Edital.

**15.5.** Se houver empate, será considerada como Proposta de menor preço a que apresentar, sucessivamente:

- 15.5.1.** O menor percentual de honorários mencionados no subitem 14.2.2 deste Edital;
- 15.5.2.** O menor percentual de honorários mencionados no subitem 14.2.4 deste Edital;
- 15.5.3.** O menor percentual de honorários mencionados no subitem 14.2.3 deste Edital;
- 15.5.4.** O maior percentual de desconto mencionado no subitem 14.2.1 deste Edital.

**15.6.** Se houver divergência entre o percentual expresso em algarismos e o expresso por extenso, a Comissão Permanente de Licitação considerará o valor por extenso.

Ao lermos o Edital neste quesito surgem muitos questionamentos.

**Quanto vale cada um desses itens?** Qual a pontuação de cada item? Quem der 50% de desconto sobre os custos internos ganhará que pontuação? E quem der 90%? É OBRIGATÓRIO ESPECIFICAR UMA PONTUAÇÃO.

**Deve haver um valor padronizado de pontos para que se possa auferir que aquela será a proposta de menor preço. MESMO EM UM EDITAL DE MELHOR TÉCNICA.**

Por exemplo, se a empresa der 100% de desconto nos custos internos, ela terá apresentado o maior percentual de desconto. Mas e quantos pontos ela receberá por isso?

Da mesma forma os honorários, se a empresa cobrar honorários de 10%, quanto ela ganhará por cada um destes itens? Afinal são 3 honorários diferentes, cada um deles deveria valer uma pontuação X.

Para ficar mais fácil de compreender **coleccionamos abaixo uma explicação, presente no Manual Descomplicando elaborado pelo CENP, em colaboração com a SINAPRO e a FENAPRO,** no qual fica nítido compreender a forma que a pontuação deve ser conferida nos editais de MELHOR TÉCNICA:

2. Os percentuais ofertados na **PLANILHA DE PREÇOS** acima referida, devem observar as condições fixadas pelo edital no tocante à fixação de preços máximos.

3. É preciso valorar a Proposta de Preços, para constatar qual obterá a maior pontuação.

A que obtiver a maior pontuação, será considerada como a de menor preço.

A Proposta de Preços será apurada conforme, exemplificativamente, a metodologia constante da tabela seguinte:

11

~~"14.6.1 A Comissão de Licitação calculará os pontos de cada quesito a ser valorado, conforme a seguinte tabela:~~

Desconto/Honorários	Pontos (P)
Percentual de desconto sobre os custos dos serviços previstos na alínea "a" do item 14.3	$P1 = 0,1 \times \text{Desconto}$
Percentual de honorários incidente sobre os preços dos serviços previstos na alínea "b" do item 14.3	$P2 = 3,0 \times (10,0 - \text{Honorários})$
Percentual de honorários incidente sobre os preços dos serviços previstos na alínea "c" do item 14.3	$P3 = 3,0 \times (10,0 - \text{Honorários})$
Percentual de honorários incidente sobre os preços dos serviços previstos na alínea "d" do item 14.3	$P4 = 4,0 \times (10,0 - \text{Honorários})$

Para efeito de cálculo dos pontos de cada licitante, os termos 'desconto' e 'honorários' serão substituídos nas fórmulas da coluna Pontos pelas respectivas percentagens constantes do item 1.1 de sua Proposta de Preços, sem o símbolo "%".

~~14.6.2 A nota de cada Proposta de Preços corresponderá a soma algébrica dos pontos obtidos nos quesitos constantes da tabela referida no subitem 14.4.1, como segue:  $P = P1 + P2 + P3 + P4$ ;"~~

Ou seja, o presente Edital não fixa VALORES MÁXIMOS – tão somente mínimos, contrariando a Lei 12.232/10 e o mercado publicitário.

Além disso, o Edital não prevê uma forma de pontuação para cada item, mas tão somente que "quem apresentar o maior desconto e os menores honorários será a melhor proposta de preço".

Ou seja, apesar da existência de negociação, é necessária e obrigatória uma pontuação que guie as notas conferidas a cada licitante, até mesmo para que exista uma NOTA FINAL. Além de ser necessário um máximo de desconto norteador às empresas, para que as propostas apresentadas sejam exequíveis e de acordo com o que prevê o mercado publicitário.

**Por fim, comunicamos o envio deste Edital e Impugnação a SINAPRO/PR, para verificação dos vícios existentes no presente Edital que ferem a Lei.**

#### IV – DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer-se que seja a presente IMPUGNAÇÃO julgada procedente, com efeito de sanar os vícios presentes no Edital, por meio da **readequação do Edital para que constem os itens acima confrontados conforme determina a Lei.**

Requer ainda que seja determinada a republicação do Edital inserindo as alterações aqui pleiteadas, **reabrindo-se o prazo inicialmente previsto**, conforme §4º do art. 21 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste/SC, 15 de outubro de 2023.

---

LUCAS SERAPIO FERREIRA  
Representante Legal

---

NADINE SODER  
Jurídico – OABSC 60485